

APRESENTAÇÃO

Na primeira década da **Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal**, a edição RCC#36 abre seus trabalhos de celebração e também de reflexão sobre o papel dos periódicos científicos na produção de conhecimento no campo da educação e na popularização da Ciência, além de pensar o presente e o futuro desse periódico diante dos desafios contemporâneos. Neste sentido, ao longo de 2024, o tema será alvo de produção escrita e de eventos e encontros, rodas de estudos e exposição. Está previsto também um seminário sobre letramento científico e, no contexto das celebrações, a criação do *Selo RCC 10 Anos*, símbolo visual que estará impresso nas edições deste ano comemorativo.

Destaca-se, portanto, a edição RCC#36 por abrir o ano de 2024 com seus cadernos de textos pluritemáticos do fluxo contínuo, além de ainda apresentar o Dossiê Temático *Educação Básica e Direitos Humanos*. Ressalta-se, sobretudo, as entrevistas que abrem os dois cadernos. A primeira trata da longevidade e perenidade dos periódicos científicos e traz um testemunho rico da experiência do entrevistado à frente de uma das principais e mais longevas revistas nas Ciências Sociais no Brasil. Já na segunda entrevista, a convidada faz um panorama do Brasil e de outras partes do mundo sobre o que há de relevante e atual na relação entre o direito à educação básica, direitos humanos e direitos das crianças e adolescentes.

Essa nova edição reafirma nosso princípio de que a publicação em revistas científicas, a exemplo da *Revista Com Censo (RCC)*, deve ser alvo de potencialização e de incremento institucional, pois são veículos de difusão do conhecimento especializado e, no caso da RCC, consolida a missão de promover debates e produções sobre temas de relevância no campo da Educação.

Situada na Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação do DF (EAPE/SEEDF), cuja missão é o aperfeiçoamento dos professores da Educação Básica sobre suas práticas pedagógicas, a **RCC** atua no que chamamos

de ciclo virtuoso entre formação-pesquisa-publicação, um tripé cujo foco está em propiciar aos professores e pesquisadores instrumentos e estímulo à cultura da pesquisa como princípio educativo, conforme Pedro Demo (2011) elucida em sua obra “Pesquisa: princípio científico e educativo.” Acrescenta-se a isso a criação da **RCC Jovem** que corrobora com esta visão de promover o letramento científico e o protagonismo de jovens estudantes da Educação Básica. Estas interfaces ratificam a missão da RCC e da EAPE ao contribuírem efetivamente na qualificação da prática docente aliando produção, disseminação e partilha de conhecimento no campo da educação.

A Seção *Artigos*, do caderno regular de fluxo contínuo, tem início com o texto **Orientações à docência na Educação Infantil: documentos oficiais publicados pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal**, escrito por Débora de Souza Santos e Ligia Almeida Teixeira, trabalho que analisa quais são as orientações para a prática docente na Educação Infantil a partir dos documentos publicados no *site* da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), voltados para a primeira etapa da educação básica. As autoras concluíram que os documentos do *site* podem trazer subsídios para o fazer pedagógico da professora junto às crianças da Educação Infantil, desde que considerada a sua efetiva leitura e reflexão pelas docentes. Em seguida, temos o artigo **As TICS na educação pública do Distrito Federal durante a pandemia da covid-19: análise do contexto inicial do ensino remoto de uma comunidade escolar**, de Natália da Silva Chagas, Otília Maria Alves da Nóbrega Alberto Dantas e Monique Vieira Amorim Bandeira, que examina a implementação do teletrabalho e do ensino remoto nas escolas públicas do Distrito Federal. Os dados levantados por meio de formulários *online* apontaram que a maioria dos profissionais da escola utilizaram o notebook e o celular para o teletrabalho, com acesso doméstico à *internet* de banda larga e/ou via dados móveis no celular e as famílias,

em sua maioria, utilizaram o celular, principalmente o aplicativo *WhatsApp*. O artigo destaca as dificuldades pessoais e institucionais enfrentadas tanto pelos profissionais quanto pelas famílias dos estudantes e aponta para um cenário de intensificação e precarização do trabalho docente durante a pandemia. O terceiro artigo, **Práticas de literacia emergente em um Centro de Educação Infantil do Campo no Distrito Federal**, da autora Vanessa Carla Barros dos Santos, traz partes de um estudo descritivo-exploratório de uma pesquisa de mestrado em Educação realizada na Universidade de Brasília, na qual se discute o desenvolvimento da consciência fonêmica de crianças de 5-6 anos da Educação Infantil sob a perspectiva da introdução da materialidade em atividades de *literacia*. O estudo indica a relevância do uso dos objetos na construção das relações entre fonemas e grafemas de crianças do campo e como eles contribuíram para despertar novas reflexões e discussões acerca das práticas de *literacia emergente* na Educação Infantil.

Na seção *Relatos de Experiência*, trazemos o texto **Transição escolar na educação das infâncias: acolhimento e parceria da comunidade escolar**, escrito por Danielle Daiane Reis e Clemência Rodrigues da Silva Santos. O trabalho parte dos relatos de vivências para, baseado no tripé corresponsabilidade, acolhimento e parceria, refletir sobre a busca dos direitos que constam na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A intenção foi detalhar como isso ocorre na prática e de que maneira esses direitos estão sendo garantidos e chegam às crianças. O relato versa, ainda, sobre as possíveis mediações no período de transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental, evidenciando pressupostos para pensar o acolhimento e a parceria por parte dos profissionais da educação nesse processo. No que diz respeito ao relato **Maker educacional: um elo entre o fazer pedagógico e a aplicação das metodologias ativas na educação técnica no Novo Ensino Médio**, de autoria de Marília dos Santos

Pinheiro, Sebastião Ivaldo Carneiro Portela e Delmira Lima, o estudo parte do princípio de que os espaços *makers* propiciam condições para que os esforços pedagógicos converjam para a resolução de problemas reais presentes no contexto dos estudantes. Assim, o principal objetivo da proposta foi relatar o processo de implementação do espaço *maker* educativo no CEMI Gama/DF. A implantação do projeto trouxe como resultados a melhoria nas aprendizagens e a criação de um *site* funcional para armazenamento de produtos gerados pela comunidade escolar nesse espaço interativo.

O caderno regular apresenta ainda duas importantes resenhas críticas. A primeira, **Educação antirracista: dialogando com Bárbara Pinheiro**, de Cristino Cesário Rocha e Ana Paula Pinheiro, evidencia o livro *Como ser um educador antirracista*, de Bárbara Carine Soares Pinheiro, que aborda o importante papel de docentes na construção de uma educação antirracista. O autor e a autora discutem a obra e o entendimento de que o/a educador/a torna-se agente social de mudança ao adotar uma prática educativa transformadora, além de trazer outros contributos que embasam a perspectiva analítica adotada. Já a segunda resenha, intitulada **Filme nigeriano “Anikúlápó”: um convite em “cruzos” de raça e gênero ao/a espectador/a professor/a**, escrita por Martha Lemos de Moraes, Rosana Buscanello Giacomazzi e Deise Carla Souza Santos, discorre sobre o filme *Anikúlápó*, filme nigeriano dirigido por Kunle Afolayan, lançado em 2022, e apresentado às autoras no curso “20 anos da Lei 10.639: história das Áfricas e formação do mundo transatlântico”, oferecido pela Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação (EAPE). *Anikúlápó* foi analisado na intersecção das discussões sobre raça e gênero, partindo de uma ótica docente aberta para uma interpretação interdisciplinar, intercultural, afrorreferenciada e pluriepistêmica da realidade social.

Abrimos a Seção *Artigos* do Dossiê Temático com o artigo **Trabalho e letramento digital docente após o ensino remoto: reflexões sobre o ensino**, de Fernanda de Lima Oliveira e Urânia Flores da Cruz Freitas, trabalho que aponta

que, devido à pandemia da covid-19 e a consequente necessidade do isolamento social, o sistema educacional teve de se adaptar ao ensino remoto, sendo inevitável o uso de recursos tecnológicos, enfrentando muitas dificuldades de ordem formativa e material ao longo desse percurso. O trabalho investiga, então, qual legado essa experiência com o universo digital deixou para os profissionais da educação que atuaram em sala de aula após o ensino remoto. O segundo artigo, **Currículo para diversidade na perspectiva da Ação-Reflexão-Ação: as contribuições do coordenador pedagógico dos anos iniciais**, de José Reinaldo Oliveira e Cleonice Pereira do Nascimento Bittencourt, problematiza as discussões do eixo transversal Diversidade e suas interfaces com a educação para as relações étnico-raciais no contexto da escola pública do Distrito Federal. O objetivo foi compreender as ações e estratégias didáticas do coordenador pedagógico a partir do método Ação-Reflexão-Ação (ARA), com base no Currículo em Movimento da Educação Básica do Distrito Federal, exercidas para a construção e a consolidação dos valores civilizatórios africanos e afro-brasileiros, bem como o fortalecimento das premissas de uma educação para os Direitos Humanos, na escola de Anos Iniciais do Ensino Fundamental. O terceiro artigo, intitulado **Saúde mental docente na pandemia e pós-pandemia da covid-19: análise de políticas públicas da SEEDF**, de autoria de Ana Maria Bastos de Carvalho e Katilen Machado Vicente Squarisi, tem como objetivo apresentar e analisar as Políticas Públicas da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal voltadas para a Saúde Mental dos professores, principalmente no período da pandemia e pós-pandemia da covid-19 e aponta que ações preventivas voltadas para a saúde mental norteiam essa discussão, que pode ser considerado um tema de grande relevância social, mas que, na pandemia, tornou-se ainda mais elementar para a saúde do corpo docente. No quarto artigo, **A diversidade sexual e de gênero nos currículos dos anos iniciais do Ensino Fundamental do Distrito Federal**, dos autores Anderson Neves dos Santos e Leonardo da Cunha Mesquita Café, são abordados os currículos dos anos iniciais do Ensino

Fundamental da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e a proposta de trabalho pedagógico nas escolas públicas, focando na diversidade sexual e de gênero no trabalho pedagógico. Analisando o Currículo em Movimento de 2014 e 2018 em uma abordagem qualitativa fenomenológica, o estudo revela que a temática se apresenta de maneira essencialmente teórica com lacunas de ordem prática e que nem todos os componentes curriculares abordam a temática proposta. Os autores destacam a necessidade de (re)significar as questões de gênero e sexualidades nos documentos, apontando a necessidade de operar com essas categorias de modo central na (re)construção de uma educação inclusiva no Distrito Federal. Por sua vez, o quinto artigo, **Projeto político-pedagógico (PPP) e a gestão democrática no contexto das escolas da SEEDF**, escrito por Milena Rosane da Silva e Gisele Cristine da Silva Dantas, investiga a construção e implementação do Projeto Político-Pedagógico e a gestão democrática nas escolas públicas do Distrito Federal. Os resultados indicaram que os documentos orientadores buscam direcionar as ações educacionais e revelaram fragilidades na construção coletiva do PPP, apontando a importância de se repensar essa prática no contexto escolar. O sexto artigo **Educação das Relações Étnico-Raciais: historiografia da criação, execução, implementação da Lei nº 10.639/2003 e outras perspectivas sobre direitos humanos**, de Adeir Ferreira Alves, aborda a Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) enquanto um programa da “inteligência negra” (Mbembe, 2005), que atua de forma mais ou menos interdependente em categorias de direitos humanos (educação; trabalho; cultura; religião; direitos; organizações sociais negras etc.). Em seu texto, Alves aponta que a ERER possui suas especificidades e generalidades e que pode ser compreendida como tática e saber antirracistas que se formam e se fortalecem em suas diferentes dimensões. A Lei nº 10.639/2003 é analisada em uma tríplice perspectiva: a partir da perspectiva dos movimentos sociais; nas formas de atuações do Estado; nos desdobramentos que a lei preconiza e aciona em outras dimensões além da educação formal escolar. O sétimo artigo, **Inclusão escolar, direitos**

humanos, ensinagem e aprendizagem: uma reflexão sobre os marcos legais norteadores e a práxis escolar inclusiva, escrito por Joaquim Souza Junior, embasado em declarações internacionais e na legislação brasileira, discute o princípio da educação como direito de todos e destaca avanços e desafios da inclusão escolar a partir de dados advindos de entrevistas com professores de alunos inclusos. Com uma abordagem dialética do fenômeno pesquisado, o estudo busca então a compreensão da complexidade da inclusão no contexto do processo de ensino e aprendizagem. Já o oitavo artigo, **A transformação social dos sujeitos por meio da educação: reflexões e vivências no contexto escolar**, de Analicélia Maria Gonçalves e Luzirene do Rego Leite, apresenta uma pesquisa

bibliográfica sobre as transformações sociais provocadas pelo acesso à educação, como essas mudanças podem ocorrer e qual a importância delas para a existência de cada indivíduo e do coletivo. Pensando em uma educação transformadora, o artigo procura apresentar projetos, metodologias e estratégias educacionais desenvolvidas pelo mundo em busca de melhorias e resultados positivos no processo educacional. Para fechar nosso dossiê, apresentamos o último artigo, **Política pública de formação docente: percurso formativo Aprender Sem Parar Anos Iniciais – Bloco Inicial de Alfabetização**, de Ângela Cristina Morais Maciel e Angélica Acácia Ayres Angola de Lima, que foca na docência dos anos iniciais pela importância desta fase no desenvolvimento do pensamento

lógico, criativo e crítico. Promove-se, então, a análise do programa *Aprender Sem Parar* dos Anos Iniciais, da Subsecretaria de Formação dos Profissionais da Educação (EAPE), oferecido no período de 2019 a 2021. Neste trabalho, o objetivo foi compreender como essa formação contribuiu para a capacitação docente e para o aprimoramento das políticas públicas de formação continuada, além de identificar estratégias para criar um ambiente escolar mais propício à pesquisa e à inovação, visando enfrentar os desafios contemporâneos.

Na certeza de que as publicações da RCC têm muito a contribuir para as discussões e reflexões sobre educação básica e seus desdobramentos, desejamos ótima leitura e longa vida à Revista Com Censo! ■

Maria das Graças de Paula Machado

Subsecretária de Formação Continuada dos
Profissionais da Educação – EAPE/SEEDF